

As especificidades da economia brasileira e o movimento do emprego formal 2003 – 2013*

Jacqueline Aslan Souen¹

E-mail: jacsouen@gmail.com

Resumo

O bom desempenho das exportações já em 2003, a partir de uma economia profundamente constrangida, ainda que envolvendo uma trajetória de valorização da moeda, provocou um forte dinamismo da demanda efetiva, entretanto, parte do dinamismo que o processo de valorização da moeda permitiu, também causou um movimento de perda do efeito dinâmico gerado com o crescimento da demanda agregada, que fluiu para o exterior, significando uma diminuição do saldo de comércio ao longo do período. Esse efeito de fuga para fora, portanto, implicou numa taxa de crescimento do PIB não tão intensa (5,1% aa), e num produto industrial menor ainda (3,9% aa). Contudo, essa forma de crescer resultou numa fortíssima elevação do emprego formal e da formalização da economia (6,8% aa).

Assim se configurou o período entre 2003 e 2008, porém, os anos subsequentes, entre 2008 e 2013, marcados pelos efeitos da crise internacional, com forte retração da demanda externa e acirramento da concorrência no mercado mundial, foram acometidos por um movimento de desaceleração do PIB, seguido de uma também desaceleração da taxa de crescimento do emprego formal. Todavia, ainda que o emprego formal não apresentasse o mesmo desempenho anterior, os índices de crescimento, mesmo que em declínio, foram bastante razoáveis. O que importa destacar sobre esse segundo período é o fato de que, apesar da desaceleração do produto, a desaceleração do crescimento do emprego formal foi bastante inferior em relação à queda do PIB, gerando uma desproporcionalidade ainda maior se comparada à desproporcionalidade da relação PIB/emprego formal do primeiro período, caracterizando uma elasticidade do emprego em relação à renda ainda maior.

Observando os números do PIB entre os anos de 2008 e 2013, conforme os índices oficiais houve uma variação média anual de 2,7%. Dessa forma, a queda mais intensa do PIB configurou uma desproporcionalidade ainda mais intensa das taxas de emprego formal em relação ao produto. Ou seja, a variação média anual do emprego formal entre 2008 e 2013 que fora de 3,8%, contra um crescimento do PIB de 2,7%, significou uma diferença a favor do emprego de 40,7%, essa diferença foi de 33,4% no período anterior à crise, indicando que apesar da queda da atividade econômica o emprego formal seguiu crescendo, ainda que numa trajetória cadente, mas de forma bem menos intensa que a queda do produto.

¹ Aluna do programa de Doutorado em Desenvolvimento Econômico (Economia Social e do Trabalho) do Instituto de Economia da UNICAMP e pesquisadora do CESIT-IE/UNICAMP.

* Trabalho apresentado no VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, ALAP e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Foz do Iguaçu/PR-Brasil, de 17 a 22 de outubro de 2016.

A questão principal a ser analisada é que a aceleração da atividade econômica entre 2003 e 2008 gerou muito emprego formal, para além dos aumentos da variação do produto e, por outro lado, a desaceleração deste após a crise externa provocou a desaceleração do emprego formal, mas este ainda continuou crescendo e de forma bastante desproporcional em relação ao crescimento do PIB. As explicações para tal movimento serão abordadas a partir da composição setorial do emprego formal.

Palavras chave: emprego formal; formalização; crescimento econômico; mercado de trabalho.

Introdução

O emprego formal é aquele protegido por lei e, portanto, garante ao trabalhador o acesso ao sistema de Previdência Social, com cobertura de atendimento ao serviço de saúde pública e aposentadoria, além de todos os direitos inscritos na legislação trabalhista, como o salário mínimo, férias e descanso semanal remunerados, décimo terceiro salário, licença maternidade e paternidade² e seguro desemprego ao ser dispensado sem justa causa. A partir de 2003, com a melhora do cenário internacional e a retomada do crescimento da economia brasileira desde 2004, as taxas de crescimento do emprego assalariado formal foram muito intensas, até 2013, mesmo com a desaceleração do Produto Interno Bruto (PIB) devido à reversão do cenário favorável do mercado externo, com a crise internacional de 2008.

Ao longo dos dez anos analisados, o expressivo crescimento do emprego formal, pelo aumento da geração de vínculos com carteira de trabalho assinada e pela maior formalização dos estabelecimentos e dos contratos de trabalho - devido a fatores econômicos, políticos e institucionais -, foi superior às taxas de crescimento do PIB, e ocorreram em simultâneo à redução da População Economicamente Ativa (PEA)³, forte retração do desemprego, bem como a diminuição da participação da maior parte das outras posições na ocupação⁴, a saber: trabalhadores não remunerados, trabalhadores

² Baltar *et. all.* (2010).

³ Baltar & Leone (2015); Baltar (2014).

⁴ Conforme a PNAD, o número de desempregados teve retração de 19,0% entre 2004 e 2013, o que se traduziu em trajetória decrescente da taxa de desemprego (População desocupada em relação à População economicamente ativa), que saiu de 9,0% para 6,5% no período analisado. Ao excluirmos o emprego formal do total das ocupações, o conjunto das outras posições na ocupação apresentou retração de 2,0% entre 2004 e 2013. A análise em questão considerou a PNAD de 2004 como base inicial de comparação, portanto nove anos até 2013, devido ao fato de que a base de 2003 não inclui o Norte rural, presente nas amostras da PNAD desde 2004. A outra opção metodológica seria levar em conta a base de 2003 e excluir o Norte rural das outras bases, porém não seriam captados os resultados do emprego agrícola da região Norte e suas consequências para do avanço do mercado de trabalho como um todo.

por conta própria, trabalhadores do serviço doméstico remunerado, trabalhadores de estabelecimentos sem carteira de trabalho assinada, empregadores, trabalhadores na construção para o próprio uso e trabalhadores agrícolas para consumo próprio. Esse contexto caracterizou um quadro de reversão de um movimento estabelecido desde os anos 90 de deterioração e desestruturação da estrutura ocupacional – com a abertura da economia e a implementação das políticas neoliberais, que resultaram no avanço do desemprego e das ocupações mais precárias, associadas aos baixos rendimentos e sem a proteção da lei –, dando início a uma trajetória no sentido da maior estruturação do mercado de trabalho brasileiro.

Esse contexto foi possível a partir de determinadas condições econômicas, políticas e institucionais mais favoráveis, que marcaram a especificidade desse momento histórico, e resultou na alteração da estrutura de ocupações e de rendimentos do trabalho, na medida do aumento considerável do peso do assalariamento e dos vínculos formais de emprego, juntamente com a queda do desemprego e o menor crescimento das outras posições na ocupação, em alguns casos retração e estagnação, levando à intensa ampliação dos trabalhadores assalariados beneficiados pelos direitos sociais e trabalhistas e favorecidos pela elevação dos rendimentos do trabalho⁵. Tal movimento foi um importantíssimo aspecto do crescimento econômico do período analisado, sendo parte fundamental do processo que resultou na configuração de uma forma de crescimento com inclusão social.

A ampliação expressiva das ocupações assalariadas formais de 5,3% ao ano ficou bem acima do crescimento do PIB de cerca de 4,0% de média anual no conjunto dos dez anos analisados. Contudo, esse período foi marcado por dois momentos distintos. O primeiro, entre 2003 e 2008, apresentou um desempenho razoável do PIB, de quase 5,0% ao ano, com uma elevação bastante forte do emprego formal, de cerca de 7,0% ao ano. Na fase posterior, entre 2008 e 2013, a economia arrefeceu com o impacto da crise internacional, registrando um PIB de 2,7% de média anual, mas os índices do emprego formal, apesar de um ritmo menos intenso de crescimento, continuaram se elevando, chegando a uma variação média anual de 3,8%.

O presente artigo tem como objetivo caracterizar as especificidades do movimento da economia e do mercado de trabalho no Brasil entre 2003 e 2013, destacando a relação emprego formal/PIB. A investigação será feita separando os períodos entre 2003 e 2008 e entre 2008 e 2013, de modo a melhor compreender as

⁵ Baltar et. all. (2010); Krein & Santos (2012).

transformações recentes ocorridas quanto ao intenso avanço do emprego formal conforme os setores de atividade, porém um crescimento moderado do PIB - configurando uma desproporcionalidade da relação dessas duas variáveis - e os efeitos da mudança do cenário externo nesse processo, após a crise internacional de 2008. Para tanto, será observada a dinâmica macroeconômica em simultâneo ao comportamento setorial da atividade econômica quanto ao emprego formal, utilizando os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), conforme os setores de atividade de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE – IBGE).

Além da introdução e conclusão, no item 1.1 da primeira parte do artigo, será feita uma análise da dinâmica macroeconômica e dos efeitos sobre o emprego formal no período entre 2003 e 2008. No item 1.2 observar-se-á o movimento do emprego formal conforme os setores de atividade no mesmo período. Na segunda parte do trabalho, no item 2.1, será feita uma abordagem das transformações na dinâmica econômica, a partir da crise internacional de 2008, e suas consequências para o avanço do emprego formal até 2013. No item 2.2 será investigada a composição setorial do emprego formal e seu movimento nessa fase.

1 O período de aceleração da atividade econômica e o emprego formal, 2003 – 2008.

1.1 A dinâmica macroeconômica e o crescimento do emprego formal

Entre 2003 e 2013 houve um considerável avanço no mercado de trabalho brasileiro caracterizado pela expressiva redução da taxa de desemprego, juntamente com a alteração da forma de absorção da População Economicamente Ativa (PEA) por posição na ocupação, com diminuição da participação de praticamente todas as posições na ocupação associado a um intenso crescimento do emprego formal e da formalização da economia, registrando níveis bastante superiores comparativamente à variação do Produto Interno Bruto (PIB) no período. O PIB médio anual de 5,1% entre 2003 e 2008 ficou abaixo da variação média anual da taxa de emprego formal, que foi de 6,8%, segundo a RAIS⁶. Esse cenário se deu a partir de uma determinada configuração do

⁶ Os cálculos da variação do emprego formal conforme a RAIS foram feitos considerando os estoques de vínculos de emprego nos meses de setembro de modo a aferir a variação do emprego formal antes dos efeitos da crise

mercado internacional, aliada a uma dada estratégia interna de crescimento, promovendo um forte aumento do consumo e do investimento que gerou um crescimento razoável do PIB, porém provocou uma elevação muito mais intensa do emprego formal e da formalização das empresas, de forma desproporcional ao aumento do produto, e mais desproporcional ainda em relação ao produto industrial (3,9% aa).

O maior estímulo às contratações formais se deu principalmente em razão do aumento de capacidade produtiva nas médias e grandes empresas – dominantes no setor exportador - com a retomada da economia, em 2004, inicialmente dinamizada pelo boom de commodities, com a forte demanda do mercado externo, sobretudo do mercado asiático. A partir desse movimento alterou-se a baixa relação emprego formal/PIB dos anos 90 e o aumento do emprego com carteira foi sendo realimentado pela continuidade do bom desempenho do produto, impactado pela elevação do consumo e do investimento, num processo virtuoso que se retroalimentou com o maior gasto das famílias e das empresas, que se ampliou também devido ao aumento do crédito de mais longo prazo⁷. O cenário virtuoso foi sendo reforçado pela postura do governo no sentido de promover a maior inclusão da base da pirâmide social, através de uma série de políticas públicas (salário mínimo⁸; Benefícios de Prestação Continuada (BPC); Bolsa-Família; ampliação do acesso ao crédito; apoio a agricultura familiar; ampliação das linhas de crédito do BNDES; combate ao trabalho forçado e trabalho infantil) que realimentaram a capacidade de consumo das famílias de baixa renda, dinamizando os serviços e comércio locais, destacando os pequenos e médios municípios de regiões mais pobres, como o Nordeste do país, além de estimular a formalização dos contratos nesses pequenos estabelecimentos⁹.

O movimento de aumento do emprego formal e da renda, bem como a melhora na distribuição desta¹⁰, reforçaram a ampliação da formalização da economia, na medida em que impactaram na elevação do consumo da base da pirâmide social - com forte propensão ao consumo -, dinamizando os pequenos negócios, como também alteraram o padrão de consumo, deslocando este para bens e serviços ofertados por estabelecimentos mercantis e levando a um crescimento do emprego em empresas

internacional em outubro de 2008. Da mesma forma, considerou-se a variação do Produto Interno Bruto (PIB) levando em conta os meses de setembro de cada ano.

⁷ A ampliação do crédito foi favorecida pelo aumento do fluxo de capital estrangeiro no mercado doméstico e a maior captação externa de bancos e empresas, em virtude da grande liquidez no mercado financeiro internacional e do diferencial elevado de taxa de juros interna e externa (Baltar *et. all.*, 2010).

⁸ Ver Souen (2013).

⁹ Ver Cardoso Jr (2007), Castro (2013), Cardoso Jr & Hamasaki (2014), Oliveira (2014).

¹⁰ Ver Souza Campos (2015).

maiores e mais estruturadas. Ademais, nesse cenário, os estabelecimentos menores puderam se estruturar mais e ocupar mais e com carteira de trabalho assinada, e os próprios trabalhadores passaram a demandar maior formalização, num ambiente de fortalecimento da atuação sindical, de forma a garantir os direitos associados ao emprego formal, o que também contribuiu para elevar as oportunidades de acesso ao crédito¹¹.

Esse contexto fez parte de um processo que envolveu uma mudança do modo de funcionamento da economia, num movimento de alteração dos preços resultando na valorização da moeda nacional¹². O real apreciado, além de favorecer o crescimento da economia sem pressões inflacionárias, contribuiu para a recuperação do poder de compra dos salários, viabilizando o forte crescimento da demanda. Esses dois efeitos, a valorização dos salários e a baixa inflação, foram possíveis, por um lado, devido ao menor custo de produção, na medida do barateamento dos preços dos insumos importados, por outro, em virtude do menor preço dos bens finais importados. Esse processo, por sua vez, implicou num dado modelo de crescimento que acarretou numa alteração da dinâmica do mercado de trabalho no sentido de uma trajetória de maior estruturação, com o forte aumento do emprego formal e da formalização dos estabelecimentos, em simultâneo a diminuição das outras posições na ocupação.

A dinâmica econômica assentado na moeda doméstica sobrevalorizada conformou uma dada estrutura de preços relativos entre os setores *Tradables* e os não *Tradables* em que os preços nos setores *Tradables* tiveram forte queda, diferentemente dos preços nos setores não *Tradables*. Esse diferencial de preços entre os setores favoreceu os não *Tradables* que, com o aumento da demanda agregada, puderam ampliar a capacidade instalada, se formalizar mais e gerar mais emprego formal, bem como pagar melhores salários. Assim, num processo que se retroalimentou, a queda de inflação, o avanço do emprego formal e a redução do desemprego possibilitaram um aumento nominal dos rendimentos do trabalho, acima da inflação que, associado aos aumentos reais do salário mínimo¹³ e dos salários das categorias¹⁴, sustentou a elevação

¹¹ Ver Medeiros (2015), mas também Cardoso Jr & Hamasaki (2014), Krein & Santos (2012, p. 67).

¹² A crise cambial de 1999, que resultou na máxidesvalorização do real, foi enfrentada com um modelo de política econômica baseada em metas de inflação, taxa de câmbio flexível, obtenção de superávits primários e elevada taxa de juros, comumente chamado de modelo do “tripé macroeconômico”. Essa estratégia, associada à conjuntura externa favorável do início da década de 2000 – houve um boom de commodities aliado a um movimento de forte entrada de capitais, estimulada pelo alto diferencial de taxa de juros -, num contexto de abertura comercial e financeira, implicou na valorização de forma continuada do real, a despeito da política de ampliação das reservas internacionais (Baltar, 2010; Barbosa e Souza, 2010).

¹³ Ver Dedecca e Lopreato (2013); Souen (2013).

¹⁴ Ver DIEESE (2012); Krein e Teixeira (2014).

do poder de compra dos salários. A melhora da renda do trabalho realimentou a demanda, promovendo a ativação, principalmente, dos setores que não competem com o produto externo, ou seja, os não *Tradables*. Nesse processo, não somente houve ampliação dos estabelecimentos melhor estruturados que empregam com carteira de trabalho assinada, mas, parte dos estabelecimentos mais precários que geravam pouco emprego formal diminuiu, outra parte avançou e tendeu a maior estruturação e formalização, gerando mais vagas formais.

O avanço da formalização e maior estruturação da economia fora reforçado ainda mediante um novo marco do setor público, iniciado desde final dos anos 90, no sentido de ampliar a fiscalização – o objetivo era elevar a arrecadação para garantir o superávit das contas públicas –, através da intensificação da atuação da Receita Federal e da intervenção das três instituições públicas da área do trabalho para o cumprimento da lei, a saber: Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho e Justiça do Trabalho¹⁵, impondo limites ao poder discricionário dos patrões e à liberdade de atuação do capital¹⁶.

O forte crescimento do emprego assalariado com carteira de trabalho assinada e a maior formalização, portanto, fez parte de um processo mais amplo, ocorrido na economia entre 2003 e 2008, com forte crescimento do consumo e do investimento, em simultâneo a um movimento de valorização da moeda nacional – reforçada ainda pelo diferencial entre a taxa de inflação brasileira (mesmo levando em conta o movimento de queda) e a taxa internacional. Esse processo se retroalimentou, devido a maior capacidade de consumo dos salários, elevando a demanda dos segmentos não *Tradables*, que apresentaram crescimento considerável de suas atividades, como foi o caso, por exemplo, da construção civil; comércio e reparação; alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; atividades imobiliárias etc., com forte geração de emprego formal e maior estruturação, superando o desempenho do crescimento da economia.

Contudo, esse modo de funcionamento da economia com o real sobrevalorizado, por longo período e que gerou muito emprego formal, implicou num PIB relativamente baixo, comparativamente ao forte crescimento do consumo e também do investimento,

¹⁵ Cardoso Jr (2007); Simão (2009).

¹⁶ Importante destacar que a tese da flexibilização, por meio da alteração da lei, – bastante presente durante a hegemonia do pensamento liberal dos anos 90 –, perdeu força com a melhora do mercado de trabalho, sobretudo após 2006, num momento de redefinição do papel do Estado, o que contribuiu para evitar o aprofundamento da fragilidade do nosso sistema de regulação social (Krein, *et. all*, 2012, p. 2).

pelo menos até 2010. A explicação para tal desempenho guarda relação com o fato de que grande parte da demanda interna fora jogada para o mercado externo, movimento perceptível conforme os índices de forte penetração das importações que foram excedendo amplamente as exportações, chegando quase a dobrar o coeficiente importado ao final da primeira década dos 2000, apesar do saldo comercial ainda positivo até 2013¹⁷.

Dessa forma, parte do dinamismo que o processo de valorização da moeda permitiu também causou um movimento de perda do potencial dinâmico do mercado interno gerado pela elevação da demanda agregada, que fluiu para o mercado externo, prejudicando, sobretudo, a manufatura e causando uma diminuição do saldo da balança comercial ao longo do período. Esse efeito de fuga para fora, portanto, implicou numa taxa de crescimento média anual do PIB de 5,1%, o que equivaleu a 34,0% a menos do que a taxa de crescimento médio anual do emprego formal que, segundo dados da RAIS, foi de 6,8%, e num produto industrial de 3,9% no período em questão. Essa forma de crescer, no entanto, ainda que com desempenho moderado do PIB, resultou numa fortíssima elevação do emprego formal.

1.2 A composição do emprego formal por setor de atividade, 2003 – 2008

Analisando os dados da RAIS entre 2003 e 2008, o emprego formal cresceu 39,0%, ou 6,8% de variação média anual, portanto, um aumento bastante acima da variação do PIB no mesmo período, que registrou crescimento médio anual de 5,1%¹⁸. Observando o comportamento setorial do emprego formal, conforme as atividades descritas na CNAE (IBGE) – ver tabela 2.1 – houve expressiva elevação do emprego formal na maioria dos setores, até mesmo na indústria de transformação, apesar da acomodação do setor à valorização do real através do forte aumento de importações. Esse bom desempenho foi observado, sobretudo, nos segmentos da indústria que conseguiram desenvolver alguns aspectos da produção local, destacando aqueles setores que, apesar de importarem muitas partes e componente, realizaram diversos processamentos internos, com contratação de muita mão de obra.

¹⁷ Ver dados de comércio exterior conforme a SECEX/MDIC. Ver também Santos (2013) e Medeiros (2015).

¹⁸ O PIB foi calculado entre os meses de setembro de modo a evitar a forte retração da atividade econômica do último trimestre de 2008 devido à crise externa. Considerando os indicadores oficiais do PIB, a variação média anual foi de 4,8%, conforme dados do IPEADATA.

O movimento de crescimento do emprego formal nesses setores *Tradables* deve ser compreendido considerando o contexto de forte aumento de demanda por seus produtos decorrente do intenso aumento do consumo e investimento. A adaptação do setor à valorização do real, através da elevação das importações, sobretudo de bens intermediários, significou uma queda dos custos de produção, possibilitando a absorção das quedas das margens de lucro diante da maior competição com os produtos externos de uso final. Os setores *Tradables* mais competitivos, com menores custos de produção, e, portanto, com maior capacidade de equalização dos lucros, como, por exemplo, o segmento de produtos eletrônicos que importou muito partes e componentes, apresentou desempenho bastante favorável na geração de emprego, através da montagem de produtos para atender uma demanda muito maior, num cenário de forte crescimento da demanda. Esse mesmo movimento não foi possível para parte importante dos setores *Tradables* menos competitivos ao sofreram a intensa concorrência externa dos bens finais, com preços inferiores aos produtos nacionais, o que prejudicou a produção local e, portanto, a participação desses setores na geração de emprego. Porém, com o aumento da demanda, esse efeito foi compensado pelo melhor desempenho dos setores que, importando muito partes e componentes, mantem um significativo processamento local de bens de uso final.

Assim, para o conjunto dos setores não *Tradables* foi favorecido pelo expressivo aumento da demanda doméstica pelos produtos. Para esse aumento da demanda efetiva contribuiu a elevação do emprego formal e do poder de compra dos salários. A ampliação do poder de compra dos salários foi facilitada pela baixa inflação e a queda da taxa nominal de câmbio facilitou esta redução da inflação e aumento do poder de compra dos salários. Nesse sentido, é importante destacar a redução dos custos de produção dos setores *Tradables* contribuindo para sustentar os preços em níveis mais baixos e, portanto, afetando positivamente o poder de compra dos salários. Tal dinâmica econômica também significou queda de inflação, seja pela redução dos custos de produção, mencionada acima, na medida do menor preço dos bens intermediários importados, seja pela pressão concorrencial dos bens finais também importados, o que foi fundamental para reforçar o aumento do poder de compra da renda do trabalho e assim ampliando a capacidade de consumo dos assalariados, com considerável impacto no consumo dos setores não *Tradables* que cresceram de forma expressiva, se estruturando mais, contratando mais e pagando melhores salários.

Assim, com a demanda agregada aquecida, num movimento virtuoso, os efeitos positivos se retroalimentaram através do avanço do emprego formal, da redução do desemprego e maior estabilidade dos preços, provocando um aumento nominal dos rendimentos do trabalho acima da inflação que, associado aos aumentos reais obtidos a partir dos aumentos do salário mínimo e dos salários das categorias, sustentou a elevação da capacidade de compra dos salários. A melhora da renda do trabalho, por sua vez, realimentou a demanda implicando num importante efeito dinâmico na atividade econômica em geral e, principalmente, nos setores que não competem, ou seja, os não *Tradables*. Em tal processo, para atender a elevação dessa demanda, grande parte dos setores não *Tradables*, com estabelecimentos menos estruturados, pode avançar na sua organização empresarial, e assim, se consolidando como empresas formais, aumentaram os contratos formais de trabalho. Ademais, os novos estabelecimentos que surgiram para atender a elevação do consumo, se constituíram muito mais estruturados, formalizados e gerando muito emprego formal. Deve ser sublinhado que esse movimento foi beneficiado por mecanismos institucionais mais favoráveis ao processo de formalização, que avançaram e se concretizaram no período em questão¹⁹.

Sendo assim, é possível afirmar que o intenso aumento do emprego assalariado formal no período foi consequência de um bom desempenho da maioria dos setores, mas, sobretudo, do intenso avanço empresarial dos setores não *Tradables*. Esse processo ficou evidente não somente na maior formalização, mas no aumento do grau de cobertura captado pela RAIS, na medida em que o trabalho de declaração à RAIS necessita de uma dada estrutura burocrática interna às empresas, com melhora das condições administrativas, indicando a maior estruturação em grande parte dos estabelecimentos, e na maioria dos setores, particularmente nos não *Tradables*, significando, portanto, um avanço institucional, bastante importante, do mercado de trabalho brasileiro no ciclo de crescimento do período considerado. Dessa forma, se faz necessário atentar para o fato de que os números da RAIS podem evidenciar um crescimento mais que proporcional do emprego formal, na medida em que capta não somente o aumento da criação de vagas com vínculos formais e o aumento da formalização, mas também a ampliação da cobertura, considerando as melhores condições burocráticas das empresas, além de que, muitos estabelecimentos formais que não declaravam passaram a declarar devido ao aumento da fiscalização e os incentivos à formalização. Desta feita, a análise a seguir levará em conta os três fatores.

¹⁹ Ver, por exemplo, Cardoso Jr (2007), Krein & Santos (2012) e Krein & Teixeira (2014).

Tabela 1 - Evolução emprego formal por setor de atividade. Brasil, 2003 - 2008

Setor de atividade	Nº Absoluto 2003	Participação 2003 (%)	Nº Absoluto 2008	Participação 2008 (%)	Contribuição 2003/2008 (%)	Variação 2003/2008 (%)
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal e pesca	1.718.022	5,4	2.024.259	4,6	2,5	17,8
Indústrias extrativas	126.707	0,4	228.820	0,5	0,8	80,6
Indústrias de transformação	5.651.351	17,7	8.116.324	18,3	19,8	43,6
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	209.253	0,7	246.614	0,6	0,3	17,9
Construção	1.139.925	3,6	2.457.290	5,5	10,6	115,6
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	5.257.751	16,5	7.634.759	17,2	19,1	45,2
Alojamento e alimentação	907.280	2,8	1.388.540	3,1	3,9	53,0
Transporte, armazenagem e comunicações	1.529.985	4,8	2.155.198	4,9	5,0	40,9
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	573.736	1,8	763.204	1,7	1,5	33,0
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	3.394.777	10,7	4.886.257	11,0	12,0	43,9
Administração pública, defesa e seguridade social	7.735.425	24,3	9.695.077	21,9	15,8	25,3
Educação	1.051.611	3,3	1.516.767	3,4	3,7	44,2
Saúde e serviços sociais	1.201.923	3,8	1.547.946	3,5	2,8	28,8
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	115.089	0,4	148.342	0,3	0,3	28,9
Atividades associativas	823.239	2,6	956.261	2,2	1,1	16,2
Atividades recreativas, culturais e desportivas	278.619	0,9	325.403	0,7	0,4	16,8
Serviços sociais e pessoais	141.886	0,4	187.325	0,4	0,4	32,0
Outros	11.930	0,0	18.590	0,0	0,1	55,8
Não classificados	1.017	0,0	98	0,0	0,0	-90,4
Total	31.869.526	100,0	44.297.074	100,0	-	39,0

Fonte: RAIS - MTE. Elaboração própria.

Notas:

1. Cálculo baseado nos estoques dos meses de setembro de cada ano.

2. Para setores de atividade utilizado CNAE 95 Seção.

3. O Setor de atividade "Agropecuária" agrega o setor "Pesca".

4. O Setor de atividade "Outros" agrega os setores serviços domésticos e "Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais".

5. Os setores de atividade "Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas", "Atividades associativas", "Atividades recreativas, culturais e desportivas" e "Serviços sociais e pessoais" são a desagregação do setor "Outros serviços coletivos, sociais e pessoais", conforme a CNAE 95 Divisão.

O expressivo crescimento do emprego formal dos setores não *Tradables* fica evidente na tabela 1, por exemplo, no setor da Construção civil, onde o emprego cresceu 115,6%, e no Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos que apresentou crescimento do emprego de 45,2%, acima, portanto, dos 43,6% de crescimento do emprego na Indústria de transformação. A contribuição do comércio para a variação total do emprego ao longo dos primeiros cinco anos foi de 19,1%, um pouco menor do que os 19,8% da indústria de transformação. Somando a contribuição do comércio e da construção para o crescimento do emprego total no período verifica-se uma contribuição de 29,7%, quando a participação dos dois setores foi de cerca de 20,0%. Sendo assim, esses setores em conjunto explicam quase 30,0% da variação total do emprego entre 2003 e 2008, ou seja, 10,0% acima do seu peso. Movimento explicado pelo aumento do emprego formal nos dois setores em questão, bem acima do aumento verificado para o total dos setores de 39,0%.

Outros setores não *Tradables* que, em conjunto, influenciaram significativamente o avanço do emprego formal foram: Alojamento e alimentação; Transporte armazenagem e comunicação; e Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas. A contribuição dos mesmos para o acréscimo total do emprego formal foi de 21,0%, taxa superior ao peso desses setores em conjunto (18,3%). Sendo assim, cerca de 50,0% do aumento total do emprego formal, entre 2003 e 2008, é

explicado por esses cinco principais setores não *Tradables*. Esse resultado confirma o argumento, já explicitado, de que os referidos setores foram fortemente beneficiados pelo crescimento da demanda e do poder de compra dos assalariados, viabilizando o maior dinamismo dessas atividades, com aumento de estruturação e formalização de estabelecimentos, implicando na intensa geração de emprego formal. Observando que parte considerável dos mesmos sempre foi caracterizada por elevada informalidade.

Quanto à Indústria de transformação, conforme indicam os dados analisados, é preciso observar que, embora haja um debate acirrado na literatura sobre a perda de participação desta no produto nacional²⁰, o setor em questão apresentou um ótimo desempenho na geração do emprego formal no período considerado. Resultado que ocorreu mesmo levando em conta o cenário desfavorável à competitividade externa do setor, através do movimento continuado da sobrevalorização do real, além de todos os problemas exaustivamente apontados na bibliografia pertinente²¹.

A indústria manufatureira, a despeito do movimento de valorização da moeda nacional ao longo do período e as consequências disso para sua competitividade, num contexto de demanda agregada aquecida, apesar do processo de fuga para fora, ampliou os investimentos, resultando num bom desempenho do produto industrial de 3,9% ao ano. Porém, o mais interessante a ser observado é o fato de que esse resultado implicou numa elevação muito maior do emprego formal, que registrou variação de 43,6%, ou 7,5% ao ano, portanto, acima da variação média do conjunto dos setores, o que significou, em termos absolutos, quase 2,5 milhões a mais de emprego formal entre 2003 e 2008, representando quase 20% do crescimento absoluto do emprego formal total. Tal desempenho do emprego formal no setor manufatureiro, para além da variação do produto industrial, pode ser explicado pela trajetória de maior estruturação empresarial, significando muita formalização das empresas e, desse modo, ampliação dos contratos formais de trabalho.

Esse comportamento foi puxado, sobretudo, pelos segmentos que não sofreram diretamente a forte concorrência da importação de bens finais, como no caso da Indústria de material de transporte, do segmento de Máquinas e equipamentos, de

²⁰ Analisando o desempenho do setor da indústria de transformação, em termos do aumento de estruturação e geração de emprego formal, fica bastante difícil a discussão sobre crescimento da economia com desindustrialização. Tema exaustivamente abordado na literatura em questão. Sobre o assunto ver, por exemplo, Comin (2009), Oreiro & Feijó (2010), Bonelli & Pessoa (2010), Cruz e Santos (2011), Bresser Pereira (2010), Carvalho (2010), Cano (2012), Belluzzo (2013b), Diegues (2014).

²¹ Aqui deve ser apontada a falta de uma política industrial efetiva, déficits de infraestrutura e a complexidade tributária, sem falar no nosso padrão de inserção externo, a partir de um modelo de integração subordinada perante as cadeias globais de valor (Bonelli & Pessoa, 2010; CNI, 2010; Cano, 2012; ABDI, 2014; CNI, 2015).

Produtos de metal, da Indústria automobilística e outras que, mesmo com muita importação, foram basicamente importações de partes e componentes, significando muito processamento interno, e, portanto, muita geração de emprego. Diferentemente do que ocorreu, por exemplo, com o setor têxtil, o setor de calçados e o segmento de madeira e móveis, relacionados aos produtos finais, que sofreram diretamente a concorrência dos produtos importados. É fundamental ainda destacar o peso da indústria de transformação (17,7%) em relação ao conjunto dos setores, perdendo apenas para o setor da administração pública (24,3%), o que favoreceu a contribuição considerável do seu desempenho para o crescimento do emprego formal do conjunto dos setores no período de quase 20,0%, já que foi um segmento que registrou um crescimento médio do emprego para além do aumento total do conjunto dos setores.

2 O período de desaceleração da atividade econômica e o emprego formal, 2008 – 2013

2.1 A dinâmica macroeconômica e a desaceleração do ritmo de avanço do emprego formal

O contexto econômico favorável se alterou com a crise financeira internacional de outubro de 2008. A partir de então, as condições do mercado externo e interno sofreram transformações que levaram a um arrefecimento do ritmo de crescimento da economia brasileira com desaceleração da demanda, principalmente do investimento, com consequências negativas para o mercado de trabalho. Porém, ainda que o ritmo de crescimento do emprego formal tenha diminuído quase a metade, a queda foi muito menos intensa do que a retração do ritmo de crescimento do PIB, fazendo com que a desproporcionalidade entre a variação do emprego formal e do PIB se verificasse ainda de forma mais pronunciada do que no período anterior. Sendo assim, é possível dizer que a relação entre o emprego formal e o PIB foi mais elevada ainda entre 2008 e 2013, comparativamente ao período precedente.

Em fins de 2008, a crise financeira internacional provocou uma massiva fuga de capitais, retração do crédito, doméstico e internacional, e redução do preço das commodities, diante da retração da demanda externa, ocorrendo forte retração do PIB no primeiro semestre de 2009, ano que finda com uma queda do produto da ordem de

0,2%. Houve retração das exportações e desvalorização da moeda nacional, afetando a confiança dos agentes econômicos e rebatendo no consumo e na atividade produtiva. Esse fato teve como consequência um cenário de recessão técnica nos seis primeiros meses de 2009, o que não poderia deixar de afetar o mercado de trabalho, a partir das demissões massivas e considerável queda dos níveis de emprego, sobretudo no setor manufatureiro.

Contudo, o quadro recessivo foi prontamente enfrentado pelo governo federal, com medidas anticíclicas, fiscal e monetária, para compensar a contração abrupta do crédito externo. Tal iniciativa foi possível graças ao elevado nível das reservas internacionais (US\$ 210 bilhões à época) que permitiram a rápida expansão da liquidez, tanto no mercado cambial, como no âmbito do mercado doméstico, evitando o contágio da retração da liquidez internacional no mercado interbancário nacional. Além disso, através do BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal²² expandiu-se o crédito de curto prazo, para o setor produtivo em geral, e para outros setores fortemente fragilizados, como agropecuária, construção civil, produção de insumos básicos, e a comercialização e produção de duráveis.

O setor produtivo foi ainda contemplado com a implementação de um conjunto de desonerações tributárias temporárias, que estimulou as vendas e o consumo, iniciando pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o setor automotivo em fins de 2008, medida que se estendeu no decorrer de 2009, atingindo outros segmentos, a saber: eletrodomésticos, setor moveleiro, material de construção, motocicletas e mesmo alguns itens alimentícios. E, com a mesma lógica anticíclica, o governo federal promoveu transferências orçamentárias consideráveis aos estados e municípios, atingindo algo em torno de 0,2% do PIB em 2009²³.

A despeito da forte queda inicial do PIB, do crédito dos bancos privados e dos lucros, todas essas medidas sustentaram o consumo das famílias e garantiram capital às empresas. Ademais, já no segundo semestre de 2009, ocorreu melhora do cenário internacional, com retorno do fluxo de capital externo, recuperação dos preços das commodities, valorização do real, queda da inflação e da taxa de juro. Foi possível então a rápida recuperação da economia e do mercado de trabalho brasileiros com a reversão da retração do emprego formal que, já no segundo semestre de 2009, voltou a

²² Barbosa e Souza (2010).

²³ Ibid.

crescer rapidamente nas seis regiões metropolitanas, superando o pico pré-crise no mês de novembro do mesmo ano²⁴.

As iniciativas anticíclicas, portanto, além de reverterem as condições econômicas desfavoráveis, acelerando a recomposição da demanda, viabilizaram um quadro de expectativas positivas dos agentes econômicos, internos e externos, o que refletiu num PIB 7,5% em 2010. Contudo, os estímulos à demanda significaram muito pouco em termos de aumento da produção manufatureira, uma vez que sua ampliação total, entre 2008 e 2010, de 0,3% ao ano, correspondeu a 1,0% do total do PIB. Esse desempenho foi ainda pior entre 2010 e 2012, quando a manufatura apresentou variação anual negativa de 1,3%. Nesse quadro, o que sustentou o crescimento do PIB e do emprego foram os setores não *Tradables*, ainda que numa trajetória de redução do ritmo de crescimento - seja da atividade econômica, bem como da geração de emprego -, uma vez que, entre 2006-2008, esses setores cresceram 5,9% ao ano, entre 2008-2010 o aumento foi de 4,1%, e entre 2010-2012 a variação anual foi de 2,3%²⁵. Sendo assim, em 2011 o PIB cresceu apenas 2,7% e seguiu em queda com aumento de 1,0% em 2012²⁶. Quanto à geração de emprego, o conjunto dos principais setores não *Tradables* que, entre 2003 e 2008 apresentaram crescimento médio anual de 7,9% para o emprego formal, entre 2008 e 2013 registraram aumento de 5,3% ao ano²⁷.

Além do acirramento da concorrência internacional e da taxa de cambio desfavorável, o desempenho do setor produtivo foi bastante prejudicado pelo ciclo de elevação da taxa básica de juros²⁸, bem como, pela adoção de medidas macroprudenciais para conter o crédito, sobretudo no setor de veículos, em fins de 2010²⁹. A estratégia era conter a demanda agregada, ante o recrudescimento da inflação em meados de 2010³⁰ - a partir de um diagnóstico de inflação de demanda -, e de fazer o ajuste fiscal para cumprir a meta de superávit primário, de 3,1% do PIB³¹. Nesse processo, o gasto público foi reduzido, passando de 4,2% entre 2009 e 2010 para 1,9% entre 2010 e 2011. Quanto ao investimento do setor público, houve queda de 12% em

²⁴ OIT (2011, p: 20 – 22).

²⁵ Sistema de Contas Nacionais.

²⁶ IPEADATA.

²⁷ Cálculo computado considerando os setores de atividade conforme CNAE 95 – Seção, a saber: Construção civil, Comércio e reparação, Alojamento e alimentação, Transporte e armazenagem, Intermediação financeira, Atividades imobiliárias, Educação, Saúde e serviços sociais, e Serviços coletivos e pessoais (RAIS – MTE).

²⁸ A taxa de juros que vinha numa trajetória de queda desde janeiro de 2009, passando de 13,8% para 8,8% em setembro do mesmo ano, voltou a crescer chegando a 12,5% em setembro de 2011 (IPEADATA).

²⁹ FUNDAP (2011).

³⁰ O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado oficialmente pelo governo para medir a inflação do país, em julho de 2010 era de 0,01%, passando a 0,63% em dezembro. O ano em questão registrou variação de 5,91%, contra uma inflação de 4,31% em 2009, e 6,50% em 2011 (IPEADATA).

³¹ FUNDAP (2012) e Serrano & Summa (2012).

termos reais no mesmo período, frente a um crescimento médio de 16,2% entre 2004 e 2010, e os investimentos das empresas estatais caíram 8,6%, ante uma elevação média de 14% entre 2004 e 2010. Diante disso, o ano de 2011 foi marcado por queda do ritmo de crescimento em todos os segmentos do setor privado em comparação com o mesmo período de 2010. O pior desempenho ficou com o setor da indústria de transformação, que registrou um crescimento de 10,4% em 2010 contra um crescimento de apenas 1,6% em 2011. Assim como a indústria de transformação, a construção civil também apresentou uma forte queda de 11,7% para 3,6%. Outros setores que registram fortes quedas, mas em menor proporção, foram os setores de agricultura, que caiu de 6,3% para 3,9%, e o setor de serviços, que passou de 5,5% para 2,7%³².

Num cenário de crédito mais caro, relativo aumento do endividamento e maior comprometimento do orçamento familiar com juros e amortizações, o crescimento do consumo das famílias que fora de 7% entre 2009 e 2010, apresentou variação de 4,1% entre 2010 e 2011. O ritmo de crescimento do investimento teve queda ainda maior, considerando o forte aumento de 21,3% de 2009 para 2010, o resultado de 2010 para 2011 foi bastante tímido, registrando aumento de apenas 4,7%. Esse cenário de arrefecimento dos investimentos pode ser explicado pela desaceleração do consumo e do próprio investimento, tanto devido ao desaquecimento do mercado interno como da piora do mercado internacional.

Nesse contexto de arrefecimento da atividade econômica o ritmo de crescimento do emprego formal conforme a RAIS foi bastante afetado, a despeito das taxas ainda bastante favoráveis, sustentadas pelos setores não Tradables. Tal movimento será analisado no item a seguir.

2.2 A composição do emprego formal por setor de atividade, 2008 – 2013

O ritmo de avanço do emprego formal se alterou com a crise financeira internacional de outubro de 2008. A retração da demanda externa e acirramento da concorrência intercapitalista, a partir de então, prejudicou as condições do mercado interno que, ao longo do período, sofreu transformações levando a um arrefecimento da atividade econômica devido à desaceleração do investimento, e de forma menos intensa do consumo. Com a reversão do cenário econômico favorável, mais precisamente a partir de 2011, a pujança do crescimento do emprego na maioria dos setores de

³² IPADATA

atividade, verificada no período entre 2003 e 2008, foi substituída por um ritmo de aumento menor, porém, essa desaceleração da elevação do emprego formal foi inferior à retração do ritmo de crescimento do PIB. Dessa forma, a desproporcionalidade entre a variação do emprego formal e a variação do PIB verificada no período precedente, não só se manteve como se apresentou de forma ainda mais pronunciada.

Diante do arrefecimento de todos os segmentos do setor privado - exceto a agropecuária - e de forma mais intensa do setor da indústria, com destaque para a indústria de transformação³³, houve queda significativa do PIB, que apresentou uma variação média anual de 2,4%³⁴, portanto, menos que a metade do índice médio anual do período anterior (5,1%). Em tal contexto, o ritmo de crescimento do emprego formal também foi menor, variando 20,5% no total do período, quase 20 pontos percentuais a menos que a variação do período precedente (39,0%) – ver tabela 1 e 2. Porém, levando em conta o resultado médio anual do emprego formal de 3,8%, contra um crescimento do PIB de 2,4%, houve uma diferença a favor do emprego bastante acima da diferença entre as duas variáveis no período anterior. A partir desse cenário, a queda mais forte do PIB, comparativamente à queda do emprego formal, configurou uma desproporcionalidade ainda mais intensa das taxas de emprego formal em relação ao produto, entre os anos de 2008 e 2013.

Tais resultados apontam para uma alteração na dinâmica setorial do emprego formal, indicando que determinados setores, sobretudo os *Tradables*, sofreram mais intensamente, após a crise externa, reduzindo significativamente a geração de emprego formal, que foi sustentada por outros setores menos afetados, a ponto de os indicadores mostrarem-se ainda bastante favoráveis – apesar da redução do ritmo de crescimento – e bem acima da taxa de crescimento do PIB.

Considerando o peso do setor manufatureiro no PIB³⁵ e a amplitude da queda da atividade nesse setor, fortemente influenciada pela piora do cenário externo – sendo esse um segmento *Tradable* –, pode-se afirmar que foi o segmento que não só influenciou de forma mais expressiva no menor crescimento do PIB, como também, de

³³ Conforme os dados do IPEADATA, as quedas mais pronunciadas do ritmo de crescimento de todos os segmentos do setor privado, com exceção do setor agropecuário, foi a partir do ano de 2011. A indústria em geral caiu de uma variação real de 10,4% aa em 2010 para 1,7% em 2013, sendo que a manufatura caiu de 10,1% para 2,7%. No setor de serviços a queda foi menor, saindo de um crescimento real anual médio de 5,5% para 2,2% aa entre 2010 e 2013. Já a agropecuária apresentou crescimento de 6,3% aa para 7,3% aa no mesmo período.

³⁴ O PIB foi calculado entre os meses de setembro de modo a evitar a forte retração da atividade econômica do último trimestre de 2008 devido à crise externa. Considerando os indicadores oficiais do PIB, a variação média anual foi de 2,7%, conforme dados do IPEADATA.

³⁵ O peso do setor da indústria no PIB é de 25,0%, sendo que cerca de 13,0% desse total diz respeito à indústria de transformação. Os serviços contribuem com 69,3% e a agropecuária com 5,7% (IPEADATA, 2013).

acordo com os dados da RAIS quanto à composição setorial do emprego formal, contribuiu de forma mais intensa para a queda do ritmo de crescimento do emprego formal, enquanto os setores não *Tradables* -, como a construção civil, comércio e serviços, desde 2008 sustentaram os índices ainda bastante favoráveis do emprego formal no período.

Observando a tabela 2, o comportamento do emprego formal, conforme os setores de atividade entre 2008 e 2013, aponta que os setores não *Tradables*, ainda que num movimento cadente, apresentaram resultados bastante superiores ao resultado do setor manufatureiro, destacando que a grande maioria deles registrou taxa de variação bem acima da variação média do conjunto dos setores, indicando a maior contribuição dos mesmos para o crescimento geral do emprego formal.

Tabela 2 - Evolução emprego formal por setor de atividade. Brasil, 2008 - 2013

Setor de atividade	Nº Absoluto 2008	Participação 2008 (%)	Nº Absoluto 2013	Participação 2013 (%)	Contribuição 2008/2013 (%)	Variação 2008/2013 (%)
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal e pesca	2.024.259	4,6	1.837.593	3,4	-2,1	-9,2
Indústrias extrativas	228.820	0,5	272.758	0,5	0,5	19,2
Indústrias de transformação	8.116.324	18,3	8.638.529	16,2	5,7	6,4
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	246.614	0,6	263.365	0,5	0,2	6,8
Construção	2.457.290	5,5	3.323.805	6,2	9,5	35,3
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	7.634.759	17,2	9.644.089	18,1	22,1	26,3
Alojamento e alimentação	1.388.540	3,1	1.909.711	3,6	5,7	37,5
Transporte, armazenagem e comunicações	2.155.198	4,9	2.881.516	5,4	8,0	33,7
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	763.204	1,7	863.630	1,6	1,1	13,2
Atividades imobiliárias, alugéis e serviços prestados às empresas	4.886.257	11,0	6.435.640	12,1	17,0	31,7
Administração pública, defesa e seguridade social	9.695.077	21,9	11.391.213	21,3	18,6	17,5
Educação	1.516.767	3,4	2.017.064	3,8	5,5	33,0
Saúde e serviços sociais	1.547.946	3,5	2.108.605	3,9	6,2	36,2
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	148.342	0,3	200.237	0,4	0,6	35,0
Atividades associativas	956.261	2,2	934.031	1,7	-0,2	-2,3
Atividades recreativas, culturais e desportivas	325.403	0,7	427.943	0,8	1,1	31,5
Serviços sociais e pessoais	187.325	0,4	235.055	0,4	0,5	25,5
Outros	18.590	0,0	11.663	0,0	-0,1	-37,3
Não classificados	98	0,0	-	-	-	-
Total	44.297.074	100,0	53.396.447	100,0	-	20,5

Fonte: RAIS - MTE. Elaboração própria.

Notas:

1. Cálculo baseado nos estoques dos meses de setembro de cada ano.

2. Para setores de atividade utilizado CNAE 95 Seção.

3. O Setor de atividade "Agropecuária" agrega o setor "Pesca".

4. O Setor de atividade "Outros" agrega os setores serviços domésticos e "Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais".

5. Os setores de atividade "Limpeza urbana e esgoto e atividade relacionadas", "Atividades associativas", "Atividades recreativas, culturais e desportivas" e "Serviços sociais e pessoais" são a desagregação do setor "Outros serviços coletivos, sociais e pessoais", conforme a CNAE 95 Divisão.

As contribuições mais significativas foram referentes aos seguintes setores: Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (22,1%); Atividades imobiliárias, alugéis e serviços prestados às empresas (17,0%); Transporte, armazenagem e comunicação (8,0%); e Alojamento e alimentação (5,7%). Como no primeiro período, os referidos setores cresceram acima da variação média total, mas essa diferença foi bem maior no segundo momento, com exceção de Comércio e reparação que teve a diferença ligeiramente reduzida. Alojamento e alimentação, por exemplo, com variação de 37,5% superou o crescimento médio geral (20,5%) em 17,0

pp., contra uma diferença de 14,0 pp. no período anterior. Transporte e armazenagem, com variação de 33,7%, ultrapassou a média geral em mais de 13 pp., contra uma diferença de apenas 1,9 pp. entre 2003 e 2008. Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas acusou diferença de 11,2 pp., contra cerca de 5,0 pp. Tal desempenho implicou numa contribuição ainda mais intensa desses setores para os resultados do emprego formal no período entre 2008 e 2013, que no conjunto contribuíram com 52,8%, portanto, mais da metade dos empregos foram gerados nesses setores, contra uma contribuição de 40,0% no primeiro momento.

Outro setor não *Tradable* de forte peso para a geração de emprego formal, a Construção civil, embora com uma variação muito menor no segundo momento, comparativamente ao primeiro período, 35,3% contra 115,6%, ainda assim apresentou um crescimento de 15,0 pp. em relação ao crescimento médio total, além de registrar elevação da participação de 5,5% para 6,2%. Dessa forma, o setor ainda continuou com um papel bastante importante na criação de vagas formais de emprego, mesmo com uma ligeira queda da sua contribuição para a variação total, de 10,6% para 9,5%.

Importa destacar que a maioria dos segmentos apontados acima foi, desde sempre, marcada por elevado grau de informalidade e precarização, o que ajuda a reafirmar a considerável melhora das condições do mercado de trabalho brasileiro ao longo do período em questão, no sentido de uma trajetória de reestruturação. Tal movimento foi viabilizado pelo contexto de melhora da dinâmica econômica com forte aumento da demanda agregada, realimentada pelo aumento do emprego e da renda, juntamente com um processo de reorganização na estrutura empresarial que levou a maior formalização e ampliação dos contratos formais de trabalho, considerando o ambiente institucional mais favorável a essas alterações³⁶. Sendo assim, o emprego formal se elevou de forma expressiva, para além do aumento do PIB, tanto pelo maior crescimento da economia como pela maior estruturação dos estabelecimentos.

Outros setores não *Tradables* que aumentaram fortemente a contribuição para a elevação do emprego formal no período foram Saúde e serviços sociais e Educação (privada). O primeiro segmento que entre 2003 e 2008 teve uma variação média de emprego formal inferior à variação média geral em 10,2 pp., e contribuía com 2,8%, no segundo momento apresentou um índice de variação bem acima do índice do conjunto

³⁶ Os estímulos à formalização se deram pela intensificação da intervenção pública, com maior fiscalização, como também pelas transformações econômicas, sociais e institucionais que levaram a maior demanda por formalização, seja por parte das empresas, seja por parte dos trabalhadores, na medida das maiores vantagens econômicas do processo, por exemplo, pela facilidade de obtenção de crédito.

dos setores (36,2% contra 20,5%), passando a contribuir com 6,2%. Por um lado, tal desempenho refletiu o intenso avanço do setor de saúde, destacando o crescimento dos planos de saúde privados, consequência do aumento da renda das famílias. Por outro lado, em grande medida foi reflexo também do avanço das políticas públicas, que implicou no maior dinamismo do segmento dos serviços sociais. No segmento de educação privada, nos dois momentos houve forte geração de emprego, mas, apesar de uma queda na variação de 44,2% para 33,0%, este último índice representou uma diferença de 12,5 pp. em relação à variação média do total do emprego formal no segundo momento, contra uma diferença de apenas 5,2 pp. no período anterior. Esse resultado significou um aumento da contribuição de 3,7% para 5,5% do primeiro para o segundo período. No conjunto, os dois setores que contribuía com 6,5% para a geração do emprego formal, entre 2008 e 2013 passaram a participar com 11,7%.

O setor Outros serviços coletivos, sociais e pessoais, apesar de uma contribuição relativamente baixa, devido ao pequeno peso no total dos setores, apresentou avanço bastante forte da sua participação para a geração do emprego formal. Considerando os subsetores de Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas; de Atividades recreativas, culturais e desportivas; e de Serviços pessoais – de acordo com a desagregação da CNAE³⁷ - houve um aumento de 100% da contribuição desses segmentos em conjunto, passando de 1,1% para 2,2%. Esse resultado se deve ao fato de que o total dos três segmentos, que antes de 2008 gerou menos emprego que a média dos setores (23,4% contra 39,0%), apresentou uma diferença positiva de mais de 10 pp. entre seu crescimento e o crescimento médio do total dos setores (30,6% contra 20,5%).

Observando o setor da Administração pública, defesa e seguridade social, houve queda da taxa de crescimento do emprego de 25,3% para 17,5%, sendo que nos dois períodos os índices ficaram abaixo do crescimento médio total. Porém, no pós 2008, com uma variação média mais próxima da variação média do conjunto dos setores, o setor público implicou num aumento de contribuição de 15,8% para 18,6% na geração de emprego formal. A elevada contribuição é explicada por uma participação superior a 20%, a despeito de uma trajetória de queda desde 2003, quando seu peso era de 24,3% contra 21,3% em 2013.

Se os setores analisados acima tiveram os melhores desempenhos sustentando os indicadores ainda favoráveis do emprego formal entre 2008 e 2013, o mesmo não pode ser dito do setor manufatureiro que, com um pouco mais de 520 mil empregos

³⁷ Conforme desagregação CNAE 95 Divisão - IBGE.

gerados nessa fase, contra quase 2,5 milhões no período anterior, registrou a maior contribuição para a queda no ritmo de crescimento do emprego formal, levando em conta a participação do setor no conjunto dos setores de atividade. Dessa forma, considerando seu peso, a forte retração do ritmo de crescimento do emprego formal na indústria, de 43,6% para 6,4%, implicou na intensa retração da contribuição da mesma para a geração de emprego, que caiu para 5,7% - menos de 1/3 da contribuição no primeiro período (20,0%), destacando ainda a diminuição da participação do setor de 18,3% para 16,2%.

De todo o exposto, é possível inferir que a queda significativa da variação do emprego formal entre 2008 e 2013, comparativamente ao período anterior foi, sem lugar à dúvida, puxada, sobretudo, pela indústria de transformação, afetada não somente pelo arrefecimento do consumo, mas também, e de forma intensa, pela perda de dinamismo do próprio setor manufatureiro que, ao retrair os investimentos com a queda da demanda agregada externa e interna, retroalimentou sua própria desaceleração. Os segmentos que mais contribuíram para a queda do emprego foram a indústria do Petróleo e a Metalurgia básica, este último bastante impactado pelo arrefecimento da indústria automobilística. Outros segmentos da manufatura que alimentaram a queda do nível de emprego formal foram aqueles mais afetados pela importação de bens de uso final como, por exemplo, a indústria têxtil, a indústria de couro e calçados, a indústria de madeira, metalurgia básica, material eletrônico e o segmento de edição, impressão e reprodução de gravações que, em conjunto, representando mais de 1,5 milhão de vínculos formais, apresentaram variação negativa de 4,4%, contribuindo negativamente em 14,0% no subperíodo entre 2008 e 2013. Por outro lado, se o emprego formal ainda apresentou bons resultados nessa fase, apesar da queda do ritmo de crescimento, deve-se aos segmentos não *Tradables*, com destaque para a Construção, Alojamento e alimentação, Transporte, Comércio e Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas.

Conclusão

A atividade econômica que reagiu com o boom de commodities no início dos anos 2000, foi caracterizada por uma dada estrutura de preços relativos com base na valorização continuada da moeda nacional – considerando uma determinada estratégia de política econômica -, que contribuiu para um significativo dinamismo do consumo e

investimento, ainda que com forte direcionamento da demanda doméstica para o mercado externo, o que significou um crescimento não tão intenso do PIB. Contudo, tal modelo de crescimento da economia resultou num desempenho extremamente favorável dos indicadores do emprego formal e da formalização das empresas e dos contratos de trabalho, para além dos níveis de crescimento do conjunto das outras ocupações, bem como, muito acima do desempenho do PIB. Processo que continuou, mesmo após o arrefecimento da atividade econômica com a retração do mercado externo, ainda que em ritmo menos intenso.

Toda essa dinâmica macroeconômica configurada a partir de uma determinada circunstância internacional e de transformações política, econômica e institucional internas - aliada a uma estratégia de política social que beneficiou a base da pirâmide social, melhorando a renda e a capacidade de consumo dos estratos sociais de menor rendimento -, resultou num crescimento específico, com forte crescimento dos setores não *Tradables*, que se formalizaram mais e geraram muito emprego formal, mas até mesmo dos *Tradables*, antes das consequências da crise internacional.

Num ciclo virtuoso, todo o processo se retroalimentou e deu num avanço econômico com muita inclusão social, há tempos não presenciada na sociedade brasileira, a partir da trajetória de estruturação do mercado de trabalho entre os anos de 2003 e 2013, através do significativo aumento do emprego assalariado com carteira assinada, juntamente ao decréscimo da participação das outras posições na ocupação, portanto, sendo o expressivo crescimento do emprego formal um dos elementos fundamentais desse processo. Todavia, tal avanço se encontra profundamente ameaçado diante da complexa crise política e econômica que vem se agravando desde 2014, implicando em forte crescimento do desemprego desde 2015, e na ameaça de cortes nos direitos sociais e trabalhistas, o que sinaliza o comprometimento das conquistas sociais alcançadas até então.

Dessa forma, para enfrentar o cenário adverso que se instalou e vem se agravando desde meados de 2014 é preciso, antes de tudo, a superação da crise política que paira sobre a sociedade brasileira para, então, através de uma política econômica que priorize o crescimento da atividade econômica, privilegiando os investimentos públicos e privados, viabilize um cenário de retomada da economia e recomposição das contas públicas, com a volta da geração de emprego e renda, bem como possibilite a continuidade e avanço das políticas sociais, privilegiadas nos dez anos entre 2003 e 2013 - mas tão ameaçadas nos últimos meses de governo interino - e que, beneficiando

a base da pirâmide social, retome um caminho assentado no modelo de desenvolvimento mais justo e inclusivo.

Bibliografia

ABDI. Síntese industrial. *Boletim nº 2/Dez* de 2014.

ABDI/UNICAMP. *Relatório de Acompanhamento Setorial: couro e calçados*. Vol. IV. Dezembro de 2009.

ABDI/UNICAMP. *Relatório de Acompanhamento Setorial: indústria de couro*. Março de 2011.

AMITRANO, C. R. Considerações sobre o crescimento econômico brasileiro no médio prazo. In: CARNEIRO, R. M. & MATIJASCIC, M. (Orgs). *Desafios do desenvolvimento brasileiro*. IPEA, Brasília, 2011.

AMITRANO, C. R. O regime de crescimento econômico brasileiro: uma apreciação sobre o período 1995-2009. In INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) (Org.). *Brasil em Desenvolvimento*. Brasília, 2010.

ANFAVEA. *Brazilian Automotive Industry Yearbook*. Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. ANFAVEA. 2015.

BALTAR, P. E. A.; SANTOS, A. L.; KREIN, J. D.; LEONE, E.; PRONI, M. W.; MORETTO, J. A.; MAIA, A. G. & SALAS, C. Trabalho no governo Lula; uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. *Global Labour University Working Papers*. Paper nº 9, maio de 2010.

BALTAR, P. E. A. & LEONE, E. T. Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social. *Estudos Avançados* 29 (85). São Paulo, set/dez 2015.

BALTAR, P. E. A. Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil. In: Desafios do desenvolvimento brasileiro In: CARNEIRO, R. M. & MATIJASCIC, M. (Orgs). *Desafios do desenvolvimento brasileiro*. IPEA, Brasília, 2011.

BALTAR, P. E. A. Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil. In: CALIXTRE, A. B., BIANCARELLI, A. M., CINTRA, M. A. M. (Editores). *Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014

BANCO CENTRAL do BRASIL. *Relatório de Economia Bancária e Crédito*. Departamento de Estudos e Pesquisa (Depep) e Departamento Econômico (Depec). 2010.

- BARBOSA, N. & SOUZA, J. B. P. de. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, E. & GARCIA, M. A. (Orgs.) *Brasil entre o passado e o futuro*. São Paulo: Boitempo e Ed. Fundação Perseu Abramo, 2010.
- BELLUZZO, L. G. A internacionalização recente do regime do capital. Santiago do Chile: CEPAL, 2013a (Texto apresentado na XII Cátedra Raul Prebisch, no seminário sobre neoestruturalismo e economia heterodoxa, abril de 2013).
- BELLUZZO, L. G. Câmbio valorizado desde o Plano Real minou a indústria, 2013b. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2013/06/25/belluzzo-cambio-valorizado-desde-plano-real-minou-industria>. Acesso em: 19/12/2014.
- BONELLI, R. & PESSÔA, S. A. Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência. *Texto para Discussão nº 11*. FGV/IBRE. 2010.
- BRESSER PEREIRA, L. C. *Globalização e competição*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- CANO, W. A desindustrialização brasileira. *Texto para Discussão*. IE/UNICAMP, Campinas, nº200, jan 2012.
- CARVALHO, L. B. *Diversificação ou especialização: uma análise do processo de mudança estrutural da indústria brasileira nas últimas décadas*. Rio de Janeiro, BNDES, 2010.
- CARDOSO Jr., J. C. **De volta para o futuro? As Fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para a sua sustentabilidade temporal**. Texto para discussão nº1310. Brasília: IPEA, 2007.
- CARDOSO JR, J. C. & HAMASAKI, C. S. Padrões de desenvolvimento, mercado de trabalho e proteção social: a experiência brasileira entre as décadas liberal (1990) e desenvolvimentista (2000). *Texto para Discussão 2021*. IPEA, Brasília, dezembro de 2014.
- CNM/CUT/DIEESE. A Indústria Siderúrgica e da Metalurgia Básica no Brasil: diagnóstico e propostas elaboradas pelos metalúrgicos da CUT. CNM/CUT/DIEESE. 2012.
- COMIN. A. *A desindustrialização truncada: perspectivas do desenvolvimento econômico brasileiro*. Tese de Doutorado IE/UNICAMP, 2009.
- CRUZ, Bruno Oliveira; SANTOS, Iury Roberto Soares. Dinâmica do emprego industrial no Brasil entre 1990 e 2009: uma visão regional da desindustrialização. *Texto para Discussão 1673*. IPEA, Rio de Janeiro, novembro de 2011.
- CNI. *A indústria e o Brasil: uma agenda pra crescer mais e melhor*. Confederação Nacional da Indústria. Brasília, 2010.

CNI. Indústria brasileira perde competitividade há uma década. *Nota Econômica*. CNI. Ano 1, nº 1, janeiro de 2015.

CNM/CUT/DIEESE. A indústria siderúrgica e da metalurgia básica no Brasil: diagnóstico e propostas elaboradas pelos metalúrgicos da CUT. CNM/CUT/DIEESE. 2012.

DIEGUES, A. C. Além da Desindustrialização, 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/11/1547253-antonio-carlos-diegues-alem-da-desindustrializacao.shtml>. Acesso em: 07/01/2015.

DIEESE. A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2012.

DEDECCA, C. S.; LOPREATO, F. L. C. Brasil: perspectivas do crescimento e desafios do mercado de trabalho. Textos para Discussão nº225. Campinas: Instituto de Economia UNICAMP, 2013.

FERREIRA, A. N.; PORTILHO, L.; GORAYEB, D. S. O mercado de trabalho brasileiro no pós-crise: uma recuperação com fragilidades. In: NOVAIS, L. F.; CAGNIN, R. F.; BIASOTO JR, G. (orgs). *A economia brasileira no contexto da crise global*. FUNDAP, São Paulo, 2014.

FIESP. O papel da indústria no desenvolvimento do Brasil e demais países. *DECONTEC-FIESP*. Nov. 2014.

FUNDAP. Intervenções macroprudenciais no mercado de crédito e no mercado de câmbio. *Conjuntura Econômica em Foco, Boletim de Economia* [3], abr. 2011.

FUNDAP. Desempenho recente da atividade econômica no Brasil: há espaço para acelerar o crescimento? *Conjuntura Econômica em Foco, Boletim de Economia* [18], set. 2012.

IBGE. *Indicadores IBGE: Contas Nacionais Trimestrais*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Outubro/Dezembro 2011.

IEDI. Por que a indústria é relevante para o desenvolvimento brasileiro? *Carta IEDI n. 525*, jun. 2012.

IPEA. *Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: IPEA, Livro 10, 2010.

KREIN, J. D.; SANTOS, A. L. A formalização do trabalho: crescimento econômico e efeitos da política laboral no Brasil. *Nueva Sociedad* 239 (especial em português), junho de 2012, ISSN: 0251-3552, www.nuso.org

KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. O. As controvérsias das negociações coletivas nos anos 2000 no Brasil. In: OLIVEIRA, R. V.; BRIDI, M. A., et al. (Orgs.). O sindicalismo na

era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares. 1ª Edição. Belo Horizonte: Traço Fino, 2014. p. 401. (Trabalho & desigualdade, 18).

KUPFER, David. Desenvolvimento é crescimento com mudança estrutural (2012). Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4426&secao=392. Acesso em: 31/05/2015.

KUPFER, David. Different Partners, Different Patterns: Trade and Labour Market Dynamics in Brazil's Post-Liberalisation Period, OCDE Trade Policy Papers, N. 149, OCDE Publishing, 2013. http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/5k480c265kq1.pdf?expires=1437243476&id=id&accn_ame=guest&checksum=1A3ABFE9D79E6281C95DA498317E1829. Acesso em: 18/07/2015.

KUPFER, David. O importante Serviço da Indústria. Seminário Indústria e Desenvolvimento Produtivo do Brasil. FGV EESP – IBRE. São Paulo. 26 de maio de 2014. Disponível em: <http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/trabalho%20david%20kupfer.pdf>. Acesso em: 03/06/2015.

MACEDO, A. B. Recursos minerais não metálicos. *Estudos Avançados*. 12 (33), 1998. OIT. Brasil: *Uma estratégia inovadora de crescimento com equidade*. Escritório da Organização Internacional do Trabalho, Instituto Internacional de Estudos do Trabalho – Genebra: OIT, 2011.

OREIRO, J. L. & FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, vol. 30, nº 2 (118), pp. 219-232, abril-junho/2010.

PRATES, D. M. et all. Balanço do Regime de Política Macroeconômica no Primeiro Biênio do Governo Dilma. In: NOVAIS, L. F.; CAGNIN, R. F.; BIASOTO JUNIOR, G. (Orgs.). *A economia brasileira no contexto da crise global*. São Paulo: FUNDAP, 2014.

SABÓIA, J. Baixo crescimento econômico e melhora do mercado de trabalho: como entender a aparente contradição? *Estudos Avançados* 28 (81), 2014.

SANTOS, Claudio H. M. Notas sobre as dinâmicas relacionadas do consumo das famílias, da formação bruta de capital fixo e das finanças públicas brasileiras no período 2004-2012. In: CORRÊA, Vanessa P. (Org). *Padrão de acumulação e desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. P. 181-241.

SERRANO, F. & SUMMA, R. *Demanda agregada e a desaceleração da economia brasileira de 2011 a 2014*. Center for Economic and Policy Research (CEPR). Washington, DC. Agosto, 2015.

SOUZA CAMPOS, G. C. *A evolução dos salários do emprego formal no Brasil (2003-2013)*. Revista da ABET (Online), v. 14, p. 220-240, 2015.

SIMÃO, A. R. A. Sistema de vigilância e fiscalização do trabalho no Brasil: Efeitos sobre a expansão do Emprego formal no período 1999-2007. Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise, Brasília, v. 39, p. 19-26, 2009.

SOUEN, J. A. A política de salário mínimo no governo Lula. 2013. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, SP.

IBGE. *Indicadores IBGE: Contas Nacionais Trimestrais*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Outubro/Dezembro 2011.